

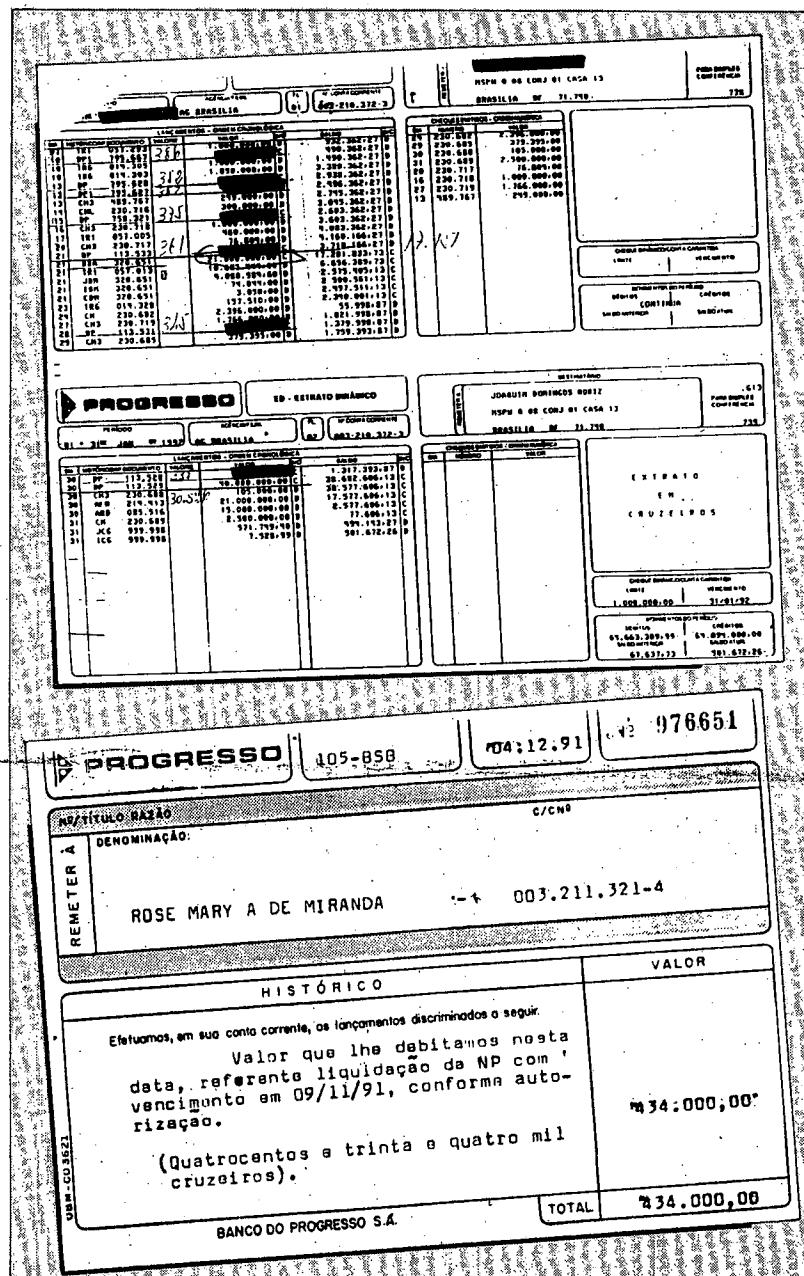
# Roriz nega acusação e apresenta extratos

O governador Joaquim Roriz rebateu ontem as acusações sobre distribuição ilegal de verbas para sete deputados distritais, levantadas pela subcomissão de bancos da CPI do Orçamento. O dinheiro repassado às contas bancárias dos deputados Maurílio Silva (PP), Rose Mary Miranda (PP), Gilson Araújo (PP), José Edmar Cordeiro (PFL), Salviano Guimarães (PSDB), Peniel Pacheco (PTB) e Manoel de Andrade (PP) teria sido, de acordo com a Comissão, intermediados pelo capataz de Roriz, Valdivino Pinheiro. Cada deputado recebeu valores iguais de US\$ 7,6 mil na mesma data, 10 de julho de 1991. O governador declarou tratar-se de empréstimos pessoais.

"Como pessoa física, fiz empréstimos, com recursos próprios, a deputados distritais e correligionários", afirmou, em nota oficial, divulgando também fac-símiles dos extratos bancários de sua conta pessoal e as promissórias dos deputados Rose Mary Miranda e Peniel Pacheco. Nos extratos bancários distribuídos, de setembro de 1991 a fevereiro de 1992, aparecem 30 depósitos entre CR\$ 425 mil e CR\$ 445 mil (valores de época). A assessoria de comunicação do GDF afirma tratar-se dos depósitos feitos pelos deputados como pagamento do empréstimo. "Os deputados, em reunião social com o governador, pediram o empréstimo concedido e pagaram posteriormente. Não vejo nada de anormal no caso", disse o assessor de comunicação, Wellington Moraes.

Segundo ele, as acusações de corrupção não procedem. "É muito pouco dinheiro para se comprar alguém", disparou. Joaquim Roriz diz que os recursos movimentados por seu capataz — cerca de US\$ 990 mil — eram inicialmente destinados à compra de gado, que não foi concretizada. "Os recursos foram aplicados e depois utilizados, em parte, para os empréstimos".

O capataz Valdivino Pinheiro, entretanto, teria dito não ter conhecimento dos depósitos, nem ter movimentado quantias no Banco do Progresso. "É uma afirmação contestável", rebateu Wellington Moraes, atribuindo-as à "simplicidade"



Roriz divulgou extratos para provar recebimento de empréstimos

de" de Pinheiro. "Ele não deve ter entendido a questão e se confundido", afirmou. O GDF apresentou fac-símile da procuração concedida a Valdivino por Roriz, para comprar e vender gado, como prova dos "plenos poderes" do capataz.

Outra suspeita levantada pela CPI em relação ao governador diz respeito ao "fantasma" Wanderlan Dias Soares, que teria "abastecido" a conta de Roriz em US\$ 159 mil em 14 de novembro de 1990, mas o governador nega qualquer envolvimento com Wanderlan. "Não tenho conhecimento, nem qualquer relação com a conta, nem

fiz qualquer transação bancária com essa pessoa", diz a nota.

A assessoria do governador garante que todos os outros deputados citados possuiriam documentos provando o pagamento do débito. "Creio que alguns ainda estão pagando", afirmou Moraes. Ele insistiu na lisura da transação. "Poderia haver suspeição se o dinheiro não tivesse sido devolvido", acrescentou. Ele sustenta que as duas documentações apresentadas (da deputada Rose Mary e do deputado Peniel Pacheco) foram divulgadas apenas como parte do que existe, como "exemplo".